

Nesta Edição:

- Não há outra saída a não ser a greve
- Lição a ser seguida: greve no Rio de Janeiro
- Onde está a CNTE?
- Contra o divisionismo e as festividades, por um 1º de Maio unitário, classista e de luta

Boletim da

29 de Abril de 2016

Corrente Proletária na Educação

Escreva para Caixa Postal 630 - CEP 01059-970 - S. Paulo - SP - www.pormassas.org

Não há outra saída a não ser a greve

A crise econômica atinge frontalmente os explorados. São 10 milhões de desempregados, milhares de postos de trabalho fechados, salários rebaixados e o custo de vida nas alturas. Os serviços públicos (saúde e educação) estão no fundo do poço. Falta tudo! Os capitalistas se protegem demitindo e cortando salários e direitos. Os governantes usam o dinheiro do orçamento para pagar os banqueiros e empresários. Atuam centralizadamente na aplicação do ajuste fiscal, reduzindo recursos das atividades essenciais. Estão, assim, sob a política de não concessão de reajuste salarial, não contratação e eliminação de conquistas do funcionalismo público.

Alckmin fez da educação e da escola pública um martírio para os professores e estudantes. Falta tudo! Com os salários congelados, aumento das punições (falta médica, descontos salariais dos doentes, etc.), piora crescente das condições de trabalho e salas superlotadas, os professores vêm se esgotando rapidamente. O autoritarismo do governador em relação às reivindicações não é fato novo. Aproveita a situação de crise econômica e política para impor sua política de sucateamento da escola pública.

Como responder a essa violência? Esperar que Alckmin se comova diante da penúria? Continuar pressionan-

do o secretário da educação, um ventríloquo do governador? Fazer as inócuas audiências públicas na Assembleia Legislativa? Isso já demonstrou que não leva a nada.

Para responder à violência imposta por Alckmin, o caminho tem de ser outro. Tem de ser o da luta direta. Tem de ser a greve. As condições objetivas para a greve estão dadas. É preciso reunir o descontentamento geral dos professores para a ação concreta. As últimas greves foram duras. Enfrentamos um governador extremamente decidido no desmonte da educação gratuita. Enfrentamos uma parcela da classe tão pauperizada que teme o corte dos salários. Enfrentamos outra parcela que bebeu da fonte do individualismo e da política de méritos. Enfrentamos direções sindicais vinculadas ao PSDB. Apesar de todos esses obstáculos, as greves mostraram que esse é o único caminho para se defenderem os salários, empregos, direitos e a educação gratuita.

A Corrente Proletária não vê outra saída a não ser a greve. Deve ser organizada juntamente com os pais e os estudantes. A experiência das ocupações é valiosa. A assembleia deve aprovar um chamado ao funcionalismo estadual, objetivando a greve unitária.

Lição a ser seguida: greve no Rio de Janeiro

Os trabalhadores da educação do estado do Rio de Janeiro estão em greve há quase dois meses. Lutam contra o parcelamento dos salários e benefícios, o arrocho salarial, o projeto de lei de reforma da previdência enviado à Alerj pelo governador e a enorme precarização das condições de ensino e trabalho. Os estudantes assimilaram a experiência das ocupações em São Paulo e já ocuparam 70 escolas. Os estudantes reivindicam melhores condições de estudo e grêmios independentes, democráticos e combativos. Professores, funcionários, aposentados e

estudantes erguem a bandeira da escola pública, contrariando a política dos governantes de destruição do ensino gratuito.

A vitória da greve dependerá da unificação com outros setores do funcionalismo. Dependerá do avanço de greves na educação em outros estados. Dependerá da radicalização do movimento, com a ampliação de ocupações de escolas, bloqueios de avenidas e de manifestações gigantescas. O isolamento do movimento e a sua judicialização levam à derrota da portentosa greve.

Onde está a CNTE?

Novamente, as greves vêm ocorrendo de forma isolada. Os professores e funcionários de vários estados e municípios mostram disposição de luta. Basta que olhemos a greve no Rio de Janeiro (quase dois meses), no Piauí (ficaram paralisados por 34 dias), em Rondônia (permaneceram por um mês), Paraíba (mais de uma semana) e as greves que se iniciaram nessa segunda-feira (25/4) em Sergipe e Ceará. Outros estados também realizam paralisações por tempo determinado.

A CNTE é incapaz de unificar os movimentos grevistas, potenciando uma verdadeira greve nacional da edu-

cação. É uma Confederação que serve apenas de aparato aos burocratas sindicais. Sem uma direção nacional, combativa e classista, os movimentos grevistas, que surgem nos estados e municípios, não ganham projeção nacional, embora estejam sob as mesmas reivindicações: reposição salarial, defesa dos direitos e melhorias nas condições de ensino e trabalho. *Essa é uma tarefa fundamental para o avanço da luta dos trabalhadores da educação: construir uma direção nacional independente diante do governo e de luta de classe.*

Derrubar o PL 257 que descarrega a crise sobre o funcionalismo público

Está no Senado mais uma medida contra o funcionalismo. Trata-se do PL 257. Um projeto de renegociação da dívida dos estados, que tem como essência a retirada de direitos, o congelamento salarial e a não contratação de servidores.

Alckmin já colocou em prática parte do PL 257. A derrubada implicará a organização da luta nacional, por meio dos métodos próprios dos explorados: greve, ocupação, bloqueios e manifestações.

Contra o divisionismo e as festividades, por um 1º de Maio unitário, classista e de luta

No 1º de maio, se comemoram as lutas operárias contra a exploração capitalista. No Brasil, as burocracias sindicais repetem os atos festivos e distracionistas. No momento em que a oposição burguesa, comandada pelo PSDB e PMDB, consolidou o golpe contra o governo eleito de Dilma Rousseff, a CUT convoca a classe operária para dançar ao som das bandas e de Zeca Pagodinho. No momento em que a crise econômica golpeia os explorados com as demissões e o rebaixamento salarial, a CUT convoca a classe operária a esperar o dia seguinte ao 1º de Maio, como diz o dirigente do sindicato metalúrgico do ABC ("Convidamos todos os trabalhadores a participar da festa e da luta. Sabemos que após a festa teremos que arregaçar as mangas para garantir os nossos direitos"). Esse é o mais puro retrato de uma direção traidora.

Ao invés de um ato unificado, as centrais sindicais

mantêm a divisão e o aparelhismo. Ao invés de reforçar a tradição do 1º de maio da Praça Sé, a CSP-Conlutas arma seu ato na Av. Paulista. A divisão da classe operária e demais oprimidos fortalece a ação centralizada dos capitalistas e da burocracia sindical direitista. Um gigantesco ato unitário em defesa das reivindicações e sob independência de classe potencializaria a luta dos explorados contra as medidas patronais.

Levantamos nesse 1º de maio a bandeira de enfrentar com os métodos próprios dos explorados o governo golpista de Temer. Levantamos a bandeira da frente única sindical para defender os empregos e os salários. Erguemos a bandeira de construir direções revolucionárias para derrotar o capitalismo. Erguemos a bandeira da revolução proletária e do governo operário e camponês.

Comunicado sobre a ocupação da SAS na USP

No dia 06 de abril, uma assembleia geral de moradoras e moradores do Conjunto Residencial da USP (Crusp) discutiu e decidiu pela ocupação do prédio da Superintendência de Assistência Social (SAS) da USP, o que foi realizado imediatamente. Os motivos da ocupação são a série de agressões às mulheres e a conivência da reitoria com os agressores, assim como a ausência de medidas de proteção às vítimas (que sofrem ainda mais pelo fato de terem de conviver com os agressores onde moram e estudam); o fechamento das vagas nas creches, a falta de alojamentos adequados às estudantes mães (apesar dos dois prédios prometidos há anos para serem devolvidos à moradia estudantil – blocos K e L). O movimento não está apenas protestando; é reivindicatório e sua pauta é:

- a) **Criação e a legitimação de uma comissão autônoma de mulheres (professoras, funcionárias e estudantes) para lidar com os casos de agressão contra as mulheres do Crusp e acolhê-las!**
- b) **A abertura de todas as denúncias feitas pelas moradoras que foram engavetadas pela SAS!**
- c) **A abertura imediata de todas as vagas fechadas nas creches!**
- d) **A ampliação do número de vagas para as mães: devolução imediata dos blocos K e L!**
- e) **Nenhuma punição ao movimento!**

O superintendente de assistência social, Waldyr Antônio Jorge, na única reunião com o movimento, negou absolutamente todas as nossas reivindicações, mostrando total intransigência. A reitoria ordenou o fechamento dos restaurantes universitários para jogar uma parte dos estudantes contra a ocupação. Fez uma campanha pelo e-mail institucional da USP (que chega a todos os estudantes matriculados) para atacar o movimento

com acusações falsas ou infundadas. Pediu na justiça a reintegração de posse do local, mas teve seu pedido negado pelo juiz, que ordenou que se realizasse antes uma negociação para a desocupação voluntária.

O movimento tem desde sempre se mostrado disposto a negociar com o reitor e com o superintendente. No entanto, as portas foram fechadas. A justiça interveio e expediu um mandado de intimação ao movimento, à USP, ao Ministério Público e Defensoria Pública Estadual para a negociação, prevista para o dia 29 de abril.

Enquanto isso, tem crescido o apoio de estudantes, professores e funcionários ao movimento. É isso o que se percebe quando se vai às salas de aula para informar os acontecimentos e convocar as atividades. Uma assembleia geral de estudantes da USP já se realizou na ocupação e a próxima será no mesmo local e no dia 28 de abril. A ocupação tem sido pauta das assembleias de curso, onde estudantes discutem e aprovam resoluções de apoio. Uma campanha tem sido feita junto aos sindicatos e demais organizações populares para angariar moções e medidas de apoio.

Esperamos que, no mais breve intervalo de tempo possível, sejam aceitas as reivindicações do movimento para que se possam retomar as atividades acadêmicas dos estudantes, parcialmente interrompidas por conta da necessária resposta à violência sobre a mulher no Crusp e na USP. Ademais, esperamos que a universidade não intervenha com processos administrativos ou criminais, não se recorra a ainda mais violência sobre um movimento cuja bandeira é a luta contra a violência das covardes agressões.

SAS ocupada, 26 de abril de 2016